

Demonstrações financeiras em 31 de março de 2013 e 2012



# Conteúdo

| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3  |
|--|----|
| Balanços patrimoniais  | 5  |
| Demonstrações de resultados  | 6  |
| Demonstrações de resultados abrangentes                                  | 7  |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido                         | 8  |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto                      | 9  |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras                          | 10 |



KPMG Auditores Independentes

Rua Sete de Setembro, 1.950 13560-180 - São Carlos, SP - Brasil Caixa Postal 708 13560-970 - São Carlos, SP - Brasil Central Tel Fax Internet 55 (16) 2106-6700 55 (16) 2106-6767 www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e aos Acionistas da Agropecuária Nova Europa S.A. Nova Europa - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Agropecuária Nova Europa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agropecuária Nova Europa S.A. em 31 de março de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Carlos, 5 de julho de 2013

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Cláudio José Biason Contador CRC 1SP144806/O-7

### Balanços patrimoniais em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

| Ativo                         | Nota | 2013    | 2012    | Passivo  | Nota | 2013    | 2012    |
|-------------------------------|------|---------|---------|--|------|---------|---------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 5    | 46      | 17      | Arrendamento mercantil                         |      | -       | 16      |
| Impostos a recuperar          |      | 4       | 3       | Impostos e contribuições a recolher            | 8    | 62      | 113     |
| Outros créditos               | _    | 32      | 36      | Salários e férias a pagar                      |      | 3       | 4       |
|                               |      |         |         | Adiantamento de clientes - Partes relacionadas | 6    | 3.459   | 1.641   |
| Total do ativo circulante     |      | 82      | 56      | Empréstimos - Mútuos                           | 6    | -       | 1.394   |
|                               |      |         |         | Total do passivo circulante                    |      | 3.524   | 3.168   |
| Depósitos judiciais           |      | 28      | 28      |  |      |         |         |
| Imobilizado                   | 7    | 137.694 | 137.968 | Impostos e contribuições a recolher            | 8    | -       | 110     |
|                               | •    |         |         | Passivo fiscal diferido                        | 13   | 44.211  | 44.266  |
| Total do ativo não circulante |      | 137.722 | 137.996 |  | •    |         |         |
|                               |      |         |         | Total do passivo não circulante                |      | 44.211  | 44.376  |
|                               |      |         |         |  |      |         |         |
|                               |      |         |         | Patrimônio líquido                             | 9    |         |         |
|                               |      |         |         | Capital social                                 |      | 3.055   | 3.055   |
|                               |      |         |         | Reserva de lucros                              |      | 1.260   | 1.574   |
|                               |      |         |         | Reserva de reavaliação                         |      | 81.720  | 81.720  |
|                               |      |         |         | Ajustes de avaliação patrimonial               |      | 4.034   | 4.159   |
|                               |      |         |         | Total do patrimônio líquido                    |      | 90.069  | 90.508  |
| Total Ativo                   |      | 137.804 | 138.052 | Total do passivo e patrimônio líquido          |      | 137.804 | 138.052 |

# Demonstrações de resultados

### Exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

|  | Nota | 2013  | 2012  |
|--|------|-------|-------|
| Receita líquida  | 10   | 7.980 | 5.618 |
| Custos dos produtos vendidos                                   | 11   | (189) | (230) |
| Lucro bruto  |      | 7.791 | 5.388 |
| Despesas administrativas e gerais                              | 11   | (516) | (755) |
| Outras receitas operacionais                                   |      | 41    | 310   |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e |      |       |       |
| impostos   |      | 7.316 | 4.943 |
| Receitas financeiras   | 12   | 1     | 2     |
| Despesas financeiras   | 12   | (284) | (165) |
| Receitas (despesas) financeiras líquidas                       |      | (283) | (163) |
| Lucro líquido antes dos impostos                               |      | 7.033 | 4.780 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente                | 13   | (250) | (265) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos               | 13   | 55    | 61    |
| Lucro líquido do exercício                                     |      | 6.838 | 4.576 |

# Demonstrações de resultados abrangentes

# Exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

|   | 2013  | 2012  |
|---|-------|-------|
| Resultado do exercício<br>Outros resultados abrangentes | 6.838 | 4.576 |
| Resultado abrangente total                              | 6.838 | 4.576 |

#### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

#### Exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

|   | <del>-</del>   | Reserva de lucros |                                  |         |                           |                                    |                      |         |
|---|----------------|-------------------|----------------------------------|---------|---------------------------|------------------------------------|----------------------|---------|
|   | Capital social | Reserva<br>legal  | Reserva de<br>retenção de lucros | Total   | Reserva de<br>reavaliação | Ajuste de avaliação<br>patrimonial | Lucros<br>acumulados | Total   |
| Saldos em 1º de abril de 2011                               | 3.055          | 611               | 3.058                            | 3.669   | 81.720                    | 4.287                              | -                    | 92.731  |
| Dividendos distribuídos                                     |                |                   | (3.058)                          | (3.058) |                           |                                    | -                    | (3.058) |
| Antecipação de Dividendos                                   |                |                   |                                  |         |                           |                                    | (3.741)              | (3.741) |
| Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27 |                |                   |                                  |         |                           | (128)                              | 128                  | -       |
| Lucro líquido do exercício                                  |                |                   |                                  |         |                           |                                    | 4.576                | 4.576   |
| Destinações:<br>Reserva de retenção de lucros               |                |                   | 963                              | 963     |                           |                                    | (963)                |         |
| Saldos em 31 de março de 2012                               | 3.055          | 611               | 963                              | 1.574   | 81.720                    | 4.159                              | -                    | 90.508  |
| Dividendos distribuídos                                     |                |                   | (963)                            | (963)   |                           |                                    | -                    | (963)   |
| Antecipação de Dividendos                                   |                |                   |                                  |         |                           |                                    | (6.314)              | (6.314) |
| Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27 |                |                   |                                  |         |                           | (125)                              | 125                  | -       |
| Lucro líquido do exercício                                  |                |                   |                                  |         |                           |                                    | 6.838                | 6.838   |
| Destinações:<br>Reserva de retenção de lucros               |                |                   | 649                              | 649     |                           |                                    | (649)                |         |
| Saldos em 31 de março de 2013                               | 3.055          | 611               | 649                              | 1.260   | 81.720                    | 4.034                              | <u> </u>             | 90.069  |

# Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

#### Exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

| Fluxos de caixa das atividades operacionais  | 2013    | 2012    |
|--|---------|---------|
| Lucro líquido do exercício   | 6.838   | 4.576   |
| Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais |         |         |
| peras auvidades operacionais   |         |         |
| Depreciação, exaustão e amortização:   | 240     | 252     |
| Resultado na venda de ativos imobilizados  | 34      | 7       |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos   | (55)    | (61)    |
| Juros de empréstimos-mútuos provisionados  | 37      | 48      |
| Reversão de provisão para contingências  | -       | (12)    |
|  | 7.094   | 4.810   |
| Variações nos ativos e passivos  |         |         |
| Redução no contas a receber  | -       | 29      |
| Aumento no impostos a recuperar  | (1)     | (1)     |
| (Aumento) redução de outros créditos   | 4       | 30      |
| Redução com depósitos judiciais  | -       | 2       |
| Redução em fornecedores  | -       | (1)     |
| Redução dos impostos e contribuições a recolher  | (161)   | (5)     |
| Redução dos salários e férias a pagar  | (1)     | (29)    |
| Aumento de adiantamento de clientes  | 1.818   | 1.641   |
| Redução com outras contas a pagar  |         | (17)    |
| Fluxos de caixa líquido provenientes das atividades operacionais                             | 8.753   | 6.459   |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos   |         |         |
| Dividendos pagos   | (7.277) | (6.799) |
| Empréstimos-mútuos tomados   | 1.046   | 1.359   |
| Pagamento de empréstimos-mútuos  | (2.477) | (860)   |
| Pagamentos de arrendamento mercantil   | (16)    | (158)   |
| Fluxos de caixa líquido usados nas atividades de financiamentos                              | (8.724) | (6.458) |
| Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa                                   | 29      | 1       |
| Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa                           |         |         |
| No início do exercício   | 17      | 16      |
| No fim do exercício  | 46      | 17      |
| Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa                                   | 29      | 1       |

# Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### 1 Contexto operacional

A Agropecuária Nova Europa S.A. tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/n, Bairro Rural, na cidade de Nova Europa - SP. As atividades da Companhia compreendem, basicamente, o plantio e a comercialização de cana-de-açúcar, exclusivamente para a companhia relacionada Usina Santa Fé S.A., mediante instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições usuais de mercado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

# 2 Base de preparação

# a. Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 5 de julho de 2013.

#### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do ativo imobilizado mensurado pelo custo atribuído na data de transição e reconhecido no balanço patrimonial.

#### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota Explicativa nº 3.b.ii - Vida útil de ativo imobilizado;

- Nota Explicativa nº 13 Passivos fiscais diferidos;
- Nota Explicativa nº 14 Instrumentos financeiros.

#### 3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações.

#### a. Instrumentos financeiros

#### i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação que é a data na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

#### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

#### ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem: empréstimos, arrendamento mercantil, fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

#### iii. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no Patrimônio Líquido sobre esta rubrica, se deliberados antes do final do exercício.

#### b. Imobilizado

#### i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

#### ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Terrenos não são depreciados.

A vida útil anual para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

| Contas                             | Anos |
|------------------------------------|------|
| Móveis e utensílios                | 8    |
| Veículos e implementos rodoviários | 5    |
| Máquinas e implementos agrícolas   | 6    |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

#### c. Ativos arrendados (leasing)

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 3.b.ii. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

#### d. Redução ao valor recuperável (impairment)

O ativo imobilizado tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

A Administração da Companhia não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável dos ativos em 31 de março de 2013 e 2012.

#### e. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### f. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

#### g. Receita operacional

#### Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

#### h. Arrendamentos

#### i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

#### ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- **b.** O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

#### i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e arrendamentos mercantis. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações emitidas pelo CPC ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de março de 2013, sendo as seguintes que pode provocar efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia:

#### CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 33 (R1) se referem à contabilização de planos de benefícios definidos.

#### CPC 46 - Mensuração do valor justo

O CPC 46 define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.

Os novos pronunciamentos ou alterações de pronunciamentos, conforme indicado acima, não foram aplicados na preparação dessas demonstrações financeiras. As normas são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

A Administração da Companhia concluiu que nenhum desses novos pronunciamentos terá efeito material sobre as demonstrações financeiras.

#### k. Imposto de renda e contribuições social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% da recita de venda, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente.

Imposto de renda - Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.

Contribuição social - Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

#### l. Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

## 4 Determinação de valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo dos ativos não financeiros. O valor justo tem sido determinado para propósitos de mensuração baseado no método abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas do ativo ou passivo.

- Caixa e equivalentes de caixa: São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das
  operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa
  futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor
  justo é determinado para fins de divulgação; e
- Os empréstimos e arrendamentos mercantis estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

## 5 Caixas e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

|                | 2013 | 2012 |
|----------------|------|------|
| Caixa e bancos | 46   | 17   |

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 14.

#### 6 Partes relacionadas

#### a. Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 39 (R\$ 35 em 2012). A Companhia não concede ao pessoal-chave da Administração benefícios com características de longo prazo.

#### b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2013 e 2012, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com companhia relacionada, conforme demonstrado a seguir:

|                | 2      | 2013                |        | 2012                   |
|----------------|--------|---------------------|--------|------------------------|
| Relacionamento | Saldos | Receitas (despesas) | Saldos | Receitas<br>(despesas) |

| Venda de cana-de-açúcar                            |               |          |          |       |       |
|--|---------------|----------|----------|-------|-------|
| Usina Santa Fé S.A.                                | Relacionada _ | <u> </u> | 8.214    |       | 5.783 |
|  | =             | <u> </u> | 8.214    |       | 5.783 |
| Passivo circulante                                 |               |          |          |       |       |
| <b>Empréstimos - Mútuos</b><br>Usina Santa Fé S.A. | Relacionada   | -        | (37)     | 1.394 | (48)  |
| Adiantamento para futuro fornecimento de cana-de-  |               |          |          |       |       |
| açúcar<br>Usina Santa Fé S.A.                      | Relacionada _ | 3.459    | <u>-</u> | 1.641 |       |
|  |               | 3.459    | (37)     | 3.035 | (48)  |

#### Mútuo financeiro – Usina Santa Fé

Os saldos com relacionadas referem-se a contrato de mútuo e são atualizados mensalmente pela taxa média de captação de financiamentos da Companhia, com prazo de vencimento indeterminado.

Adiantamento para futuro fornecimento de cana-de-açúcar – Usina Santa Fé Refere-se, basicamente, a adiantamentos provenientes da venda de cana-de-açúcar para a companhia relacionada Usina Santa Fé S.A. O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA.

# 7 Imobilizado

# a. Movimentação do custo

|                                    | 2011     |         | 2012   |         |         | 2013     |         |
|------------------------------------|----------|---------|--------|---------|---------|----------|---------|
|                                    |          | Adições | Baixas | Total   | Adições | Baixas   | Total   |
| Terras                             | 137.257  | _       | _      | 137.257 | -       | _        | 137.257 |
| Móveis e utensílios                | 26       | -       | _      | 26      | -       | -        | 26      |
| Veículos e implementos rodoviários | 2.018    | -       | (93)   | 1.925   | -       | (128)    | 1.797   |
| Máquinas e implementos agrícolas   | 1.068    | -       | · -    | 1.068   | -       | (35)     | 1.033   |
| Outros                             | 16_      |         |        | 16      |         | <u> </u> | 16      |
|                                    | _140.385 |         | (93)   | 140.292 |         | (163)    | 140.129 |

# b. Movimentação da depreciação

|   | 2010                            | 2010 2011                   |                   |                                 | 2012                 |          |                                 |
|---|---------------------------------|-----------------------------|-------------------|---------------------------------|----------------------|----------|---------------------------------|
|   |                                 | Adições                     | Baixas            | Total                           | Adições              | Baixas   | Total                           |
| Móveis e utensílios<br>Veículos e implementos rodoviários<br>Máquinas e implementos agrícolas<br>Outros | (16)<br>(1.297)<br>(844)<br>(1) | (2)<br>(187)<br>(59)<br>(4) | -<br>86<br>-<br>- | (18)<br>(1.398)<br>(903)<br>(5) | (2)<br>(191)<br>(47) | 94<br>35 | (20)<br>(1.495)<br>(915)<br>(5) |
|   | (2.158)                         | (252)                       | 86                | (2.324)                         | (240)                | 129      | (2.435)                         |
| Valor líquido contábil  | 138.227                         | (252)                       | (7)               | 137.968                         | (240)                | (34)     | 137.694                         |

# 8 Impostos e contribuições a recolher

|                               | 2013    | 2012      |
|-------------------------------|---------|-----------|
| INSS - Parcelamento<br>Outros | 61<br>1 | 129<br>94 |
| Total                         | 62      | 223       |
| Passivo circulante            | (62)    | (113)     |
| Passivo não circulante        |         | 110       |

#### Programa especial de parcelamento de débitos - PAES (INSS)

Em julho de 2003, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento de Débitos – PAES, instituído pela Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, incluindo débitos fiscais perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, a Secretaria da Receita Federal e o Instituto Nacional do Seguro Social.

Independentemente do reconhecimento contábil das obrigações com o PAES, o montante dos débitos incluídos no PAES vem sendo amortizado em parcelas mensais no prazo máximo de 120 meses, apuradas pelo Comitê Gestor do PAES, e atualizado pela variação da TJLP com vencimento final em junho de 2013.

# 9 Patrimônio líquido

#### a. Capital social

O capital social está representado por 3.055.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em 2012).

#### b. Reservas

#### • Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

#### Reserva de reavaliação

Constituída basicamente em decorrência da reavaliação de terras. Em atendimento à prática contábil de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia registrou o imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrentes da reavaliação sobre ativos não depreciáveis (terras) no montante de R\$ 42.098.

A reserva de reavaliação será realizada na proporção da alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados.

#### c. Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

#### d. Remuneração aos acionistas

A Companhia poderá deliberar, em reunião de acionistas, a respeito da distribuição dos lucros que poderá ser desproporcional aos percentuais de participação societária. Os lucros poderão ser distribuídos por meio de levantamento de balanços intermediários. Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela Assembleia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras.

## 10 Receita líquida

A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de cana-de-açúcar para a parte relacionada Usina Santa Fé S.A. Abaixo, é apresentada a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

|    |                                     | 2013  | 2012  |
|----|-------------------------------------|-------|-------|
|    | Receita bruta fiscal                | 8.214 | 5.783 |
|    | Menos:<br>Impostos sobre vendas     | (234) | (165) |
|    | Total de receita contábil           | 7.980 | 5.618 |
| 11 | Despesas operacionais por natureza  |       |       |
|    | Despesas operacionais por natureza: | 2013  | 2012  |
|    | Depreciação                         | 240   | 252   |
|    | Despesa com pessoal                 | 39    | 154   |
|    | Manutenção                          | -     | 4     |
|    | Impostos e taxas                    | 355   | 285   |
|    | Outras despesas                     | 71    | 290   |
|    |                                     | 705   | 985   |
|    | Custo dos produtos vendidos         | 189   | 230   |
|    | Despesas administrativas e gerais   | 516   | 755   |
|    |                                     |       |       |
|    |                                     | 705   | 985   |

# 12 Financeiras líquidas

|   | 2013  | 2012  |
|---|-------|-------|
| Receitas financeiras  Juros – Atualização de créditos tributários e contingências |       | 1     |
| Juros - Demais operações e descontos financeiros                                  | 1     | 1     |
|   | 1     | 2     |
|   | 2013  | 2012  |
| Despesas financeiras  | (1)   | (20)  |
| Juros - Conta-corrente mercantil  | (1)   | (28)  |
| Juros tributários – Parcelamento e contingências                                  | (3)   | (5)   |
| Descontos concedidos  | (227) | -     |
| Juros - Demais operações  | (53)  | (132) |
|   | (284) | (165) |
| Financeiras líquidas  | (283) | (163) |

# 13 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

| -   | 2013  |       | 2012  |       |       |       |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
|   | IRPJ  | CSLL  | Total | IRPJ  | CSLL  | Total |
| Receita operacional bruta                       |       |       |       |       |       |       |
| Receita de vendas de cana-de-açúcar             | 8.214 | 8.214 |       | 5.783 | 5.783 |       |
|   | 8.214 | 8.214 |       | 5.783 | 5.783 |       |
| Alíquota de presunção                           | 8%    | 12%   |       | 8%    | 12%   |       |
|   | 657   | 986   |       | 463   | 694   |       |
| Alíquota fiscal combinada                       | 25%   | 9%    |       | 25%   | 9%    |       |
|   | (162) | (88)  | (250) | (91)  | (62)  | (153) |
| Outras receitas                                 |       |       |       |       |       |       |
| Venda de ativo imobilizado e outras             | -     | -     |       | 328   | 328   |       |
| Alíquota fiscal combinada                       | 25%   | 9%    |       | 25%   | 9%    |       |
|   | -     |       | (-)   | (82)  | (30)  | (112) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente |       | _     | (250) |       |       | (265) |

Em 31 de março de 2013, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre os seguintes valores-base:

| _                                   | 2012             |                           |               | 2013                         |               |
|-------------------------------------|------------------|---------------------------|---------------|------------------------------|---------------|
| Deseive vão circuloute              | Saldo<br>inicial | Reconhecidos no resultado | Saldo         | Reconhecidos<br>no resultado | Saldo         |
| Passivo não circulante              |                  |                           |               |                              |               |
| Imobilizado – Reavaliação           | 42.098           | -                         | 42.098        | -                            | 42.098        |
| Imobilizado – Custo atribuído       | 2.209            | 67                        | 2.142         | 64                           | 2.078         |
| Imobilizado – Depreciação econômica | 20               | ( <u>6</u> )              | <u>26</u>     | ( <u>9</u> )                 | <u>35</u>     |
|                                     | 44.327           | <u>61</u>                 | <u>44.266</u> | <u>55</u>                    | <u>44.211</u> |

# 14 Instrumentos financeiros

#### Gerenciamento de risco financeiro

#### Visão geral

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de algumas variáveis, como preço dos produtos, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que as Companhias usualmente utilizam. Esses riscos geralmente são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua na gestão operacional e econômico-financeira da Companhia.

A Agropecuária Nova Europa S.A., pelo fato de possuir substancialmente terras em seu ativo e essas terras serem objeto de instrumento particular de contrato de parceria agrícola a preços e condições normais de mercado, ou seja, a Companhia não exerce atividade produtiva, a administração enxerga que ela não está exposta a nenhum risco financeiro comumente gerenciado, que são risco de liquidez, risco de mercado, risco operacional ou risco de capital.

Os saldos apresentados nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012, de acordo com a Administração da Companhia, não estão sujeitos a riscos financeiros, de oscilações de preços de mercado ou qualquer um dos riscos acima expostos.

#### Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os métodos e as premissas adotados na determinação do valor de justo estão resumidos na Nota Explicativa nº 4.

- Caixa e equivalentes de caixa São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.
- Os arrendamentos mercantis estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas e decorrentes de fontes de financiamento específicas.

A Administração da Companhia considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, devido ao fato de que essas operações referem-se preponderantemente a financiamentos com taxas equiparadas a taxas de mercado. Dessa forma, a Administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

#### Hierarquia de valor justo

A Companhia classificou todos os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo como nível 1 (preços cotados - não ajustados - em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos) para os exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012.

# 15 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

\* \* \*